

2. EMPREITADA “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 4 – QUINTA DA FONTE”:

Da **DMOSM**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal a concessão de prorrogação do prazo de 60 dias, nos termos da informação em anexo.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Concordo. Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,



(Eng.ª Alzira Torres)

2020/04/14

Despacho:



O Presidente,



(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

20/04/15

Órgão competente: Câmara Municipal

Empreitada: “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – **LOTE 4 – QUINTA DA FONTE**”

Assunto: **Aprovação da prorrogação de prazo**

Propõe-se a **aprovação** da prorrogação de prazo, pela Câmara Municipal, por um prazo de 60 dias, nos termos propostos na informação técnica subscrita pela gestora do contrato.

14 de abril de 2020

Divisão de Fiscalização de Empreitadas,

Anexo: Informação técnica;

Parecer da fiscalização externa

Pedido de prorrogação de prazo

Processo Obra: 2019/300.10.001/273

Registo de entrada: E/9507/2020 de 26/02/2020

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Local da obra: "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE – LOTE 4 – QUINTA DA FONTE"

Assunto: Resposta ao pedido de prorrogação de prazo – LOTE 4 - Qta da Fonte, apresentado através do doc. entrada n.º E-9507

Informação: 17526 de 14/04/2020

Técnico responsável: Ana Maria Ribeiro Martins

Informação:

A entidade executante da empreitada do Lote 4 – Quinta da Fonte apresentou um pedido de prorrogação de prazo em 12/02/2020, relativamente ao qual a fiscalização externa emitiu o parecer que se anexa.

A obra tinha como prazo inicial 240 dias, estando prevista a conclusão para 08/04/2020, tendo o prazo, entretanto, prorrogado por 10 dias devido a trabalhos complementares constantes do adicional 1 ao contrato, passando o término da obra para 18/04/2020.

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA e o parecer da fiscalização, cumpre-me informar o seguinte:

- é um facto que as condições climáticas adversas e anormais para a época têm afetado desfavoravelmente o andamento dos trabalhos, dado o tipo de intervenção;
- dada a densidade populacional da área de intervenção, e a constante falta de colaboração/compreensão por parte dos moradores/utilizadores da zona, os rendimentos dos trabalhos tem sido muito inferior ao expectável;
- apesar da intervenção faseada e de o dono de obra ter imprimido todos os esforços no sentido de cooperação com a EE por forma a controlar o estacionamento indevido e abusivo, não foi (ainda é) impossível evitar que os mesmos existissem/existam, o que de facto condicionou o normal desenvolvimento dos trabalhos;
- por forma a minimizar os constrangimentos à população local, é necessário garantir constantemente o acesso pedonal aos prédios e o acesso carral às garagens levando a interrupções frequentes no andamento dos trabalhos.
- relativamente à escassez de mão de obra e apesar de ser uma facto generalizado por todo o país, não é da responsabilidade do dono de obra;



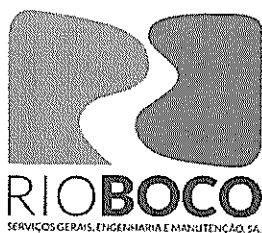
Nestes termos, proponho que se conceda uma prorrogação do prazo de execução por 30 dias, nos termos solicitados, de acordo com os documentos que compõe o plano de trabalhos ajustado a este pedido de prorrogação de prazo.

Durante o período de análise da prorrogação de prazo solicitada, foi necessário suspender parcialmente os trabalhos da empreitada, por indicação do dono de obra, tendo-se elaborado em 12/03/2020 um auto de suspensão dos trabalhos nas Ruas Feliciano Ramos e António Peixoto, cuja reformulação do projeto se encontra na fase final, prevendo-se o reinício dos trabalhos para o dia 17/04/2020.

Considerando a matemática dos trabalhos, estima-se em 30 dias o prazo para execução dos trabalhos advindos desta reformulação. Tendo em conta o princípio da colaboração do co-contratante, proponho que se prorrogue o prazo de execução por mais 30 dias, que acrescerão aos acima referidos. Esta tolerância adicional de somar este prazo, referente à execução de trabalhos que foram entretanto suspensos ao prazo de prorrogação para a conclusão da empreitada, visa assegurar as condições necessárias para concluir a obra num contexto que se reconhece ser especialmente exigente por vigorar o estado de emergência nacional cujo término não é possível nesta data prever.

Conclusão:

Nestes termos, proponho que se conceda uma **prorrogação do prazo de 60 dias**, sendo 30 dias referentes a atrasos provocados por conta das condições climáticas adversas e outros constrangimentos acima elencados, e 30 dias referentes à execução dos trabalhos entretanto suspensos e provenientes da reformulação ao projeto, **prevendo-se a conclusão da obra para 18/06/2020**.



PARECER TÉCNICO

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Ref.º
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

1. Âmbito:

<input type="checkbox"/> Revisão ao Projecto	<input type="checkbox"/> Controlo Económico/Financeiro
<input type="checkbox"/> Controlo Qualidade	<input type="checkbox"/> Controlo Topográfico
<input checked="" type="checkbox"/> Controlo do Planeamento	<input type="checkbox"/> Controlo Geotécnico
<input type="checkbox"/> Coordenação da Segurança	<input type="checkbox"/> Trabalhos a Mais
<input type="checkbox"/> Controlo Ambiental	<input checked="" type="checkbox"/> Prorrogação de Prazo

2. Assunto:

O presente parecer técnico refere-se à análise ao **Pedido de Prorrogação de Prazo**, por parte da Entidade Executante, para a empreitada designada por **Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4**.

3. Parecer:

A. Datas Chave da Empreitada

Celebração do Contrato: 29/07/2019

Consignação da Empreitada: 12/08/2019

Aprovação do DPSS: 12/08/2019

Data de Início: 13/08/2019

Prazo de Execução: 240 dias

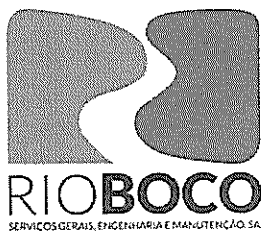
Data de Conclusão: 18/04/2020

Acréscimo de Prazo (1.º Adicional): 10 dias

Data de Conclusão (1.º Adicional): 18/04/2020

B. Resumo do Ofício

A Entidade Executante vem através do seu ofício Ref.º GT0088, de 26/02/2020, solicitar uma Prorrogação de Prazo de execução da empreitada por mais 60 (sessenta) dias, alegando que, por motivos não imputáveis a si, a produtividade na realização dos trabalhos foi afetada por uma série de condições e condicionantes, destacando as seguintes:



PARECER TÉCNICO

*Eliminação de Barreiras Urbanísticas e
Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4*

Ref.º
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

a) Execução de trabalhos não previstos contratualmente.

- ✓ Ligações de águas pluviais a executar.
- ✓ Pavimentações em betuminoso.
- ✓ Iluminação Pública.

b) Falta de frentes de trabalho disponíveis (estacionamento abusivo nas zonas de intervenção).

c) Condições climatéricas adversas (chuva intensa).

d) Falta de mão-de-obra (no sector da construção civil).

O presente ofício faz-se acompanhar por um novo Plano de Trabalhos ajustado, referindo a Entidade Executante que permite a execução do contrato no mais curto espaço de tempo possível.

C. Análise ao Pedido de Prorrogação

A Entidade Executante solicita Prorrogação de Prazo da empreitada, por mais 60 (sessenta) dias, isto é, arrastando a conclusão da empreitada para o dia 18/06/2020.

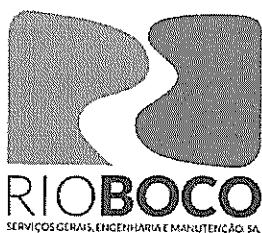
De seguida registam-se os devidos comentários a cada uma das condicionantes, apresentadas pela Entidade Executante, nomeadamente:

a) Execução de trabalhos não previstos contratualmente.

- ✓ Ligações de águas pluviais a executar.

Pese embora não existam cadastros das infraestruturas de águas pluviais existentes, ou não estejam identificados os pontos de ligação dos sumidouros à rede existente, encontra-se referido nas peças patenteadas a concurso, que as ligações seriam executadas para a rede mais próxima. Poderia, ou deveria a Entidade Executante solicitar, em fase de concurso, a sua definição, contudo não o fez.

Na ata de reunião n.º 01, de 14/08/2019, encontra-se registado que relativamente às “*águas pluviais, não existe cadastro das infraestruturas existentes, as sargetas são para adaptação caso a caso. No momento da execução, se persistirem dúvidas, a Entidade Executante deve solicitar o apoio da Fiscalização e/ou C. M. de Braga*”, apoio este que foi dado, sempre que solicitado, sem que tenha prejudicado e/ou atrasado o desenvolvimento normal dos trabalhos.



PARECER TÉCNICO

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Ref.ª
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

✓ Pavimentações em betuminoso.

De acordo com o constante no parecer de análise aos erros e omissões, foi referido que *“todos os trabalhos de demolição devem ser feitos de forma cuidada para preservação de todas as zonas não intervencionadas, sempre que tal não se verifique cumpre ao executante a reposição das condições iniciais. Entendemos igualmente que é possível a remoção das guias sem danificar o betuminoso existente. Para tal deveriam ter feito o corte entre o betuminoso e a guia com equipamento adequado e a mesma ser retirado pelo lado interior do passeio”*. Ora nem sempre a Entidade Executante teve estes cuidados.

Acrescentamos ainda que, à data de receção do presente ofício, a Entidade Executante ainda não tinha executado qualquer pavimentação em betuminoso, pese embora os diversos pedidos da Fiscalização, para que o fizesse, assim, entendemos que este argumento não tem qualquer justificação.

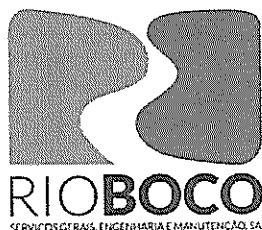
✓ Iluminação Pública.

Na opinião da Fiscalização, os trabalhos de abertura de vala e instalação de cablagem elétrica nunca seria executado em simultâneo com a realocação das colunas de iluminação pública. Contudo, manter a iluminação pública em funcionamento, como forma de evitar reclamações por parte dos moradores da zona a intervir, foi uma preocupação tida em conta no momento de planeamento dos trabalhos. Contudo, o início dos trabalhos de realocação das colunas de iluminação, apenas estava dependente da execução da travessia prevista na Praça das Fontainhas, que nunca esteve condicionada, tendo sido executada apenas, em 28/01/2020. Relativamente aos trabalhos de realocação de colunas de iluminação, apenas decorreram na última semana de fevereiro.

Face ao atrás exposto, embora possamos aceitar, em parte, a justificação da Entidade Executante em termos de prazo, não concordamos, de todo, quando refere o aumento de custos acrescidos.

b) Falta de frentes de trabalho disponíveis (estacionamento abusivo nas zonas de intervenção).

No início da empreitada, era intenção da Entidade Executante, a interdição completa da circulação de viaturas e pessoas nas zonas de intervenção. Sendo esta uma solução inviável, devido aos constrangimentos que viria acarretar para os moradores e utentes da via pública, optou-se por realizar a intervenção faseada, isto é, intervindo apenas num dos lados do passeio de cada vez.



PARECER TÉCNICO

Ref.º
241.RB.DF.513QF.2019

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Data: 10/03/2020

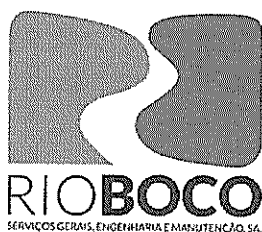
Desde o início da empreitada, o Dono de Obra e Fiscalização tudo fizeram para auxiliar a Entidade Executante na sensibilização dos moradores e utentes da via pública, no sentido de desbloquear os arruamentos para intervenção, prova disso são:

- Aprovação dos Planos de Sinalização Temporária, apresentados pela Entidade Executante.
- Emissão de Edital n.º ED/539/2019, de alteração dos sentidos de circulação previsto no projeto.
- Emissão de Edital n.º ED/540/2019, de proibição de paragem e estacionamento nos arruamentos em intervenção.
- Emissão de Edital n.º ED/557/2019, de alteração dos sentidos de circulação previsto no projeto.
- Apoio da Polícia Municipal para alteração dos sentidos de circulação na Rua Dr. Feliciano Ramos.
- Apoio da Polícia Municipal para balizamento/vedação da Rua Adelino Arantes (dissuasão de estacionamento e manter os dois sentidos).
- Apoio da Polícia Municipal para balizamento/vedação da Praça das Fontainhas (dissuasão de estacionamento para início das pavimentações).
- Apoio da Polícia Municipal para balizamento/vedação da Rua Dr. Feliciano Ramos (dissuasão de estacionamento para início das demolições).

Como podemos constatar, pela listagem anterior (que poderá não estar completa), o Dono de Obra sempre se mostrou cooperante e sensível aos pedidos da Entidade Executante, pelo que não podemos aceitar que a responsabilidade seja atribuída ao Dono de Obra.

De acordo com o disposto na clausula 7 (Preparação e Planeamento da Execução da Obra) do Caderno de Encargos, nomeadamente:

- Ponto 1, alínea c), a Entidade Executante é responsável *“perante terceiros pela segurança e policiamento da obra, implementação de medidas e condições de segurança no estaleiro e em toda a zona de implantação da obra, salvaguardando o público em geral”*.
- Ponto 2, “no cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do ponto 1, a Entidade Executante *“para efeitos de planeamento da obra e sua gestão diária, deverá ter em consideração as dificuldades e impedimentos normais decorrentes do circunstancialismo”*.



PARECER TÉCNICO

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Ref.º

241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

Face ao atrás exposto, não podemos acelar que a responsabilidade seja atribuída ao Dono de Obra, contudo, o estacionamento abusivo nas zonas intervenção, foi (ainda é) um fator que condicionou o normal desenvolvimento dos trabalhos, não sendo de fácil contabilização.

c) Condições climáticas adversas (chuva intensa).

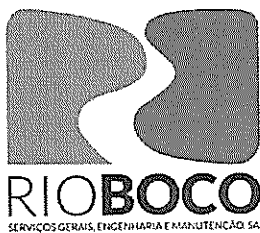
A Fiscalização diariamente elabora registos dos trabalhos executados, incluindo as condições climáticas que se fazem sentir no período normal de trabalho. Ainda mensalmente é consultado o site oficial do Instituto do Mar e da Atmosfera (IPMA), nomeadamente os registos constantes nos boletins climatológicos mensais e/ou sazonais.

Na tabela seguinte encontra-se um resumo dos documentos atrás mencionados, constando dados fundamentais na análise das condições climáticas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos da empreitada.

<i>Condições Climáticas (Reais)</i>			<i>Resumo Boletins Climatológicos (IPMA)</i>		
<i>Mês</i>	<i>Chuva Fraca</i>	<i>Chuva Intensa</i>	<i>Caracterização</i>	<i>Valor Médio Precipitação</i>	<i>Precipitação Total</i>
Ago.19	0	0	Normal	16.2mm	Braga (38.8mm)
Set.19	0	0	Seco	19.8mm (47%)	Braga (29.0mm)
Out.19	3	3	Seco	???.?mm (81%)	Braga (194.1mm)
Nov.19	4	11	Chuvoso	???.?mm (150%)	Braga (260.5mm)
Dez.19	2	7	Chuvoso	???.?mm (127%)	Braga (341.6mm)
Jan.20	2	6	Seco	76.0mm (65%)	Braga (159.4mm)
Fev.20	3	0	Extremam. Seco	16.6mm (17%)	Braga (???.?mm)

Curiosidades:

- De destacar a ausência de precipitação na primeira quinzena de setembro.
- Durante o mês de outubro, verificou-se que até dia 12 não ocorreu precipitação em todo o território. A partir de dia 13 foram registados valores de precipitação significativos nas regiões do litoral Norte.



PARECER TÉCNICO

Ref.²
241.RB.DF.513QF.2019

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Data: 10/03/2020

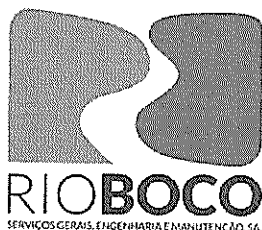
- No mês de novembro, os valores médios da precipitação foram superiores ao normal, em particular no Minho.
- De referir que desde 2010, no mês de dezembro, não se verificavam valores acima do valor médio.
- Em janeiro, apenas no litoral Norte se verificaram valores acima do valor normal mensal.
- Em fevereiro, os valores de precipitação foram inferiores ao normal em todo o território.

De acordo com o disposto no número 3, da cláusula 7 (Preparação e Planeamento da Execução da Obra) do Caderno de Encargos, é responsabilidade da Entidade Executante *“acautelar e antecipar a possibilidade de os trabalhos poderem ser realizados em condições atmosféricas desfavoráveis, designadamente de pluviosidade”*, uma vez que *“a obra poderá ser consignada em qualquer altura do ano”*.

Face ao atrás exposto, dado que nos meses de novembro e dezembro se verificou precipitação muito acima do normal, é aceitável (até certo ponto) o argumento da Entidade Executante quando invoca condições climáticas adversas para justificar rendimentos abaixo dos previstos. Ainda assim, a Fiscalização reitera que na época de outono e inverno são previsíveis tais condições, pelo que deveria a Entidade Executante ter acautelado devidamente esta possibilidade, aumentando as cargas de mão-de-obra (a debater à frente), caindo por terra a sua argumentação.

d) Falta de mão-de-obra (no sector da construção civil).

Depois da crise, o sector da construção vive um momento de expansão, mas a escassez de mão-de-obra especializada está acentuar-se cada vez mais, sendo um obstáculo à recuperação e crescimento do sector. Cerca de 150 mil portugueses que trabalhavam na construção deixaram Portugal nos últimos anos. Numa breve pesquisa na internet sobre este assunto, encontram-se diversas notícias e artigos de discussão, deixando-se de seguida alguns exemplos:



PARECER TÉCNICO

*Eliminação de Barreiras Urbanísticas e
Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4*

Ref.º
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

No Sapo, em 06/06/2019:

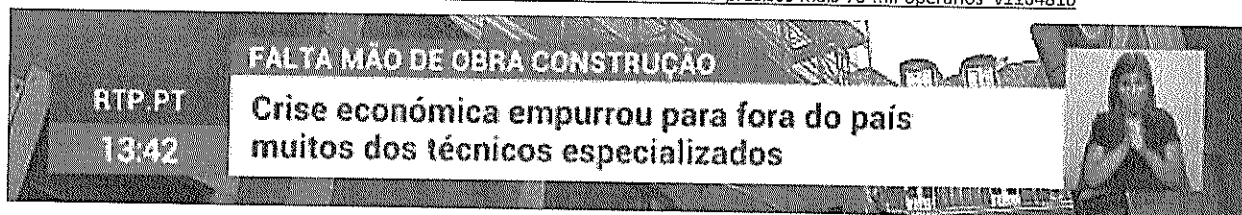
<https://eco.sapo.pt/2019/06/06/governo-diz-que-falta-mao-de-obra-em-praticamente-todos-os-setores-e-em-todas-as-regioes/>

Escassez na construção civil? Sim, mas de qualificações “específicas”

Com a nova vaga de obras públicas que se aproxima, o setor da construção — que nos últimos dez anos perdeu perto de 26 mil trabalhadores e 37 mil empresas

Na RTP Notícias, em 05/08/2019:

https://www.rtp.pt/noticias/pais/falta-de-mao-de-obra-na-construcao-civil-sao-precisos-mais-70-mil-operarios_v1164810



Existe falta mão de obra especializada no setor da construção civil. Estima-se que sejam precisos mais 70 mil operários, em todo o país, para dar resposta às necessidades das empresas.

Em Dinheiro Vivo, em 01/11/2019:

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/140-mil-trabalhadores-em-falta-na-industria-turismo-e-construcao/>

140 mil trabalhadores em falta na indústria, turismo e construção

PARECER TÉCNICO

Ref.º
241.RB.DF.513QF.2019

*Eliminação de Barreiras Urbanísticas e
Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4*

Data: 10/03/2020

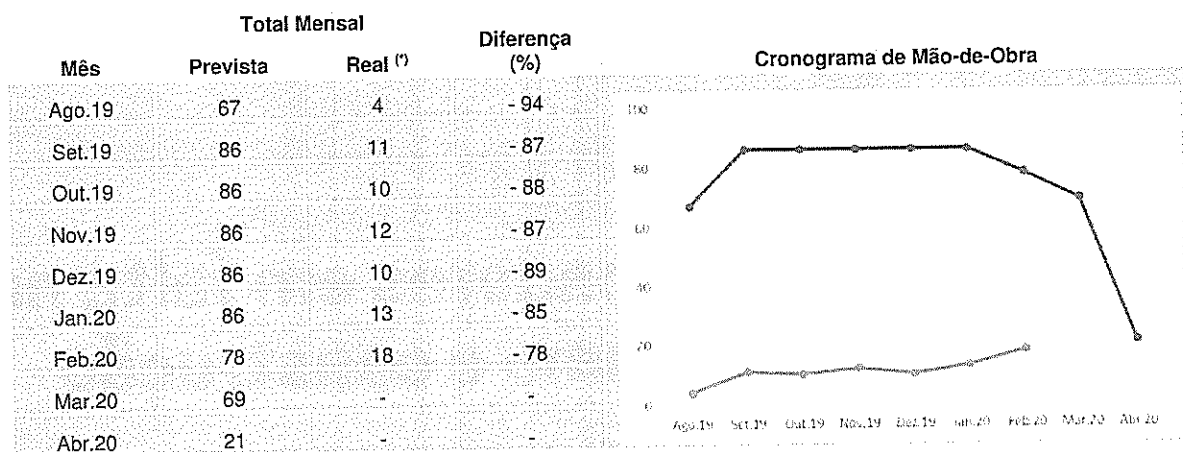
No Diário de Notícias. Em 09/08/2019:

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/03-ago-2019/construcao-civil-obras-ha-muitas-falta-quem-as-faca--11176659.html>

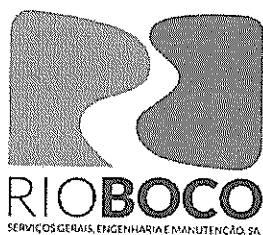


Ainda assim, sendo um assunto delicado e do conhecimento público, é obrigação da Entidade Executante acautelar atempadamente na contratação e/ou mobilização de mão-de-obra especializada, sendo da sua única e inteira responsabilidade.

Na tabela seguinte encontra-se um resumo das cargas mensais de mão-de-obra prevista vs. real, assim como o respetivo cronograma de mão-de-obra.



(*) incluindo corpo técnico (média 4 técnicos)



PARECER TÉCNICO

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Ref.^a
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

Face ao atrás exposto, e pese embora que os valores propostos pela Entidade Executante na fase de concurso, para a mobilização de meios, sejam algo irrealistas (?), podemos constatar facilmente que os meios de mão-de-obra mobilizados, foram insuficientes para cumprir os rendimentos previstos no plano de trabalhos e desta forma cumprir o prazo estabelecidos contratualmente.

A Fiscalização é da opinião que este é a principal causa do atraso global verificado na empreitada.

D. Outras Condicionantes (Imputáveis à Entidade Executante)

a) Atraso no início dos trabalhos.

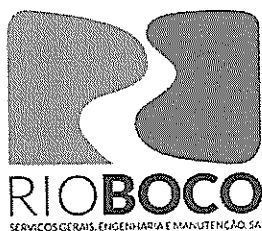
A consignação da empreitada ocorreu, em 12/08/2019, contudo o início efetivo dos trabalhos apenas se verificou, em 26/08/2019, 14 (catorze) dias depois, sem qualquer justificação, uma vez existir qualquer condicionante para o início dos trabalhos, imputável ao Dono de Obra.

b) Sub-rendimentos na época natalícia.

Durante a época natalícia, a Entidade Executante não executou quaisquer trabalhos em obra nos dias 24, 26 e 31 de dezembro. Nos dias 23, 27 e 30 de dezembro, embora tenha realizado trabalhos, fê-lo de forma condicionada, com apenas 3/4 trabalhadores. Assim, somos da opinião que existiram sub-rendimentos associados a esta época, provocando, inevitavelmente, o aumento do desvio de prazo da empreitada.

E. Análise ao Programa de Trabalhos

Ao ofício enviado, a Entidade Executante, anexa o caminho crítico do Plano de Trabalhos, assim como reformulação do Plano de Pagamentos / Cronograma Financeiro. Os documentos apresentados não se fazem acompanhar pela respetiva Memória Descritiva e Justificativa, Plano de Trabalhos Modificado e respetivos Planos de Mão-de-Obra e Equipamentos, pelo que não são conhecidas efetivamente as medidas propostas, pela Entidade Executante, para a conclusão dos trabalhos. Assim, entendemos deva ser solicitada a documentação, em falta, para que posteriormente seja devidamente analisada.



PARECER TÉCNICO

Eliminação de Barreiras Urbanísticas e Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4

Ref.²
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

F. Conclusão

Estamos em crer que o principal objetivo, de todos os intervenientes na empreitada, é concluir os trabalhos em conformidade com as expectativas iniciais do contrato e garantir uma relação entre os contraentes de equilíbrio financeiro e institucional.

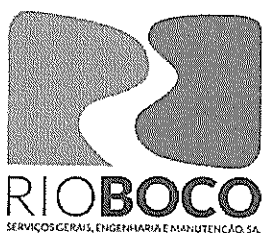
Assim, atendendo que os desvios na execução dos trabalhos, resultam na sua totalidade de fatores, única e exclusivamente, imputáveis à Entidade Executante, consideramos que deve, esta, abdicar de quaisquer indemnizações a que pudesse ter direito, pedindo em troca a concessão do prazo para conclusão da empreitada e solicitando para não ser onerado de custos adicionais. Isto é, deverá ser concedida sem qualquer encargo para o Dono de Obra, quer a nível de reequilíbrio financeiro da empreitada, quer a nível da atualização dos preços contratuais, mantendo o Plano de Pagamentos em vigor, para servir de base para o cálculo da Revisão de Preços.

Face ao atrás exposto no presente parecer técnico e sem prejuízo de outras questões que se possam verificar, consideramos que, poderá ser concedida a Prorrogação de Prazo por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, desde forma o término da empreitada será em 18/06/2020, deixamos, porém, à consideração do Dono de Obra, a decisão final.

4. Documentação de Suporte:

Na elaboração do presente documento de análise, foi consultada a seguinte documentação de suporte:

- Ofício de Prorrogação de Prazo.
- Código dos Contratos Públicos (CCP).
- Caderno de Encargos (Clausulas Gerais).
- Caminho Crítico do Plano de Trabalhos, Plano de Pagamentos /Cronograma Financeiro.
- Atas de Reunião de Obra.
- Correspondência Trocada.



PARECER TÉCNICO

*Eliminação de Barreiras Urbanísticas e
Arquitetónicas na Quinta da Fonte – Lote 4*

Ref.ª
241.RB.DF.513QF.2019

Data: 10/03/2020

5. Observações Gerais:

A Fiscalização considera ainda que , sendo concedida a Prorrogação de Prazo solicitada, se após essa data (18/06/2020), a empreitada não se encontrar totalmente concluída, o Dono da Obra deverá ponderar a aplicação das sanções contratuais e legais em vigor (se assim o entender).

O Diretor de Fiscalização